

Imigrantes à deriva dividem UE

Paula Domingos . IEEI

O governo de Malta quer dividir os imigrantes que chegam ilegalmente ao sul da União Europeia pelos 27 Estados membros, consoante a superfície e população de cada um. A proposta surge na sequência de uma chamada de atenção que este país foi alvo por parte da UE na sequência de ter recusado prestar auxílio a 27 imigrantes africanos que estavam há três dias à deriva no Mediterrâneo. Às críticas que lhe foram feitas, os responsáveis malteses [respondem](#) dizendo não serem capazes de enfrentar sozinhos o problema da imigração ilegal. Assim, sugerem que os imigrantes à deriva no Mediterrâneo ao tentarem entrar na União sejam distribuídos rotativamente pelos 27 Estados membros.

No início do mês, aquando da recusa de Malta (e também da Líbia) em resgatar e receber os 27 africanos, o Comissário Europeu da Justiça e Assuntos Internos, Franco Frattini, já tinha criticado severamente a posição de Malta, afirmando que a obrigação de salvar vidas provém do direito internacional. É que, uns dias antes deste último incidente, uma fragata francesa tinha resgatado, 200 milhas ao sul de Malta, os corpos de 18 pessoas que morreram quando tentavam chegar à Europa. Malta é um pequeno arquipélago com apenas 400 mil habitantes e que está a braços com um número cada vez maior de imigrantes vindos da Líbia. Só nos últimos cinco anos recebeu sete mil imigrantes ilegais vindos do Mediterrâneo, 250 dos quais nas últimas duas semanas.

O Conselho dos Ministros do Interior, que esteve reunido no Luxemburgo a 12 de Junho, [recusou](#) a proposta de Malta. Espanha e Itália foram dois dos principais opositores da proposta maltesa afirmando que esta só irá atrair mais imigração ilegal. Contudo, a presidência alemã da UE sublinhou estar ciente do problema que Malta enfrenta. Alguns países, como a Finlândia, mostraram-se disponíveis para ajudar financeiramente o pequeno arquipélago do Mediterrâneo.

Nesta última reunião, Franco Frattini apresentou uma [declaração](#) que foi anexada às conclusões aprovadas. No referido documento reconhece o facto da imigração ilegal ser um problema. Mas sobretudo insiste na necessidade da União encontrar uma “resposta política”, acompanhada de medidas que abranjam não só a área da imigração.

Malta não é o único país da UE a braços com a entrada de imigrantes ilegais através do Mediterrâneo. Só em 2006 [chegaram](#) às Canárias, em Espanha, 30 mil pessoas que tentavam entrar ilegalmente na UE, um número seis vezes superior ao registado no ano anterior. As autoridades acreditam que muitos morrem no mar antes de chegar ao destino.